

Atenção: Nesta prova, considera-se uso correto da Língua Portuguesa o que está de acordo com a norma padrão escrita.

Leia o texto a seguir para responder as questões sobre seu conteúdo.

O DESAFIO DE ENSINAR COMPETÊNCIAS

Por: Júlio Furtado. Para: Revista Língua Portuguesa. Adaptado de:
<http://linguaportuguesa.uol.com.br/o-desafio-de-ensinar-competencias/>
Acesso em 28 abr 2017.

O discurso do ensino de habilidades e competências ganhou força a partir de 1998, com a instituição do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que, a princípio, foi criado como mecanismo indutor de mudanças metodológicas nesse segmento. Acreditava-se que a existência de um exame que exigisse dos egressos competências e habilidades capazes de resolver as situações-problemas por ele colocadas iria influenciar na mudança de postura dos professores. Essa necessidade está pautada numa nova cultura que modifica as formas de produção e apropriação dos saberes. Estamos vivendo uma era **pragmática** em que o saber fazer e o saber agir são os “carros-chefes” para o sucesso.

O saber idealista platônico perdeu lugar nesse mundo. O que importa não são as ideias, as abstrações, mas os resultados, as concretudes, as ações. O mundo vem mudando num ritmo acelerado e “arrastando” consigo novos **paradigmas** que precisam ser colocados em prática antes de serem refletidos, compreendidos e “digeridos”. O discurso do currículo por habilidades e competências vem ganhando cada vez mais força porque se projetou na escola uma missão social urgente: a de produzir profissionais mais competentes que sejam cidadãos mais conscientes.

Essa missão exige que a escola seja pragmática e utilitarista, abandonando tudo que não leve diretamente ao desenvolvimento de competências. Embora perigosa, essa concepção vem se impondo nos processos de elaboração e planejamento curricular. **Outra razão** pode ser encontrada nos tipos de exigências que o Mercado e o mundo em geral vêm fazendo às pessoas. Buscam-se pessoas que saibam fazer e que tenham capacidade de planejar e resolver problemas. Todas essas questões apresentaram à escola um aluno que não se interessa por saberes sem sentido ou sem utilidade imediata.

Eis aqui outro perigo: render-se ao utilitarismo do aluno. [...] Tudo isso contribuiu para que se acreditasse piamente que organizar o currículo escolar por habilidades e competências forma um aluno mais preparado para enfrentar o mundo [...].

Outra questão fundamental que se coloca necessária é termos clareza sobre o conceito de habilidade e de competência, conceitos muito utilizados e pouco refletidos. Os conceitos de habilidade e de competência causam muita confusão e não são poucas as tentativas de diferenciá-los. Podemos dizer, de forma simplista, que habilidades podem ser desenvolvidas através de treinamento enquanto que competências exigem muito mais do que treinamento em seu processo de desenvolvimento. Tomemos o exemplo de falar em público. É treinável, embora requeira conhecimento, experiência e atitude, logo, é uma habilidade. Da mesma forma, podemos classificar o ato de ler um texto, de resolver uma equação ou de andar de bicicleta.

[...] A escola que realmente quiser implantar um currículo estruturado por competências precisará exorcizar alguns velhos hábitos que inviabilizam tal proposta. O

primeiro deles é o hábito de apresentar o conteúdo na sua forma mais sistematizada. Esse hábito é difícil de ser exorcizado porque alunos e professores concordam e usufruem de benefícios trazidos por ele. Ao apresentar o conteúdo de forma organizada e sistematizada, com o argumento de que o aluno “entende melhor”, o professor está “poupando” o aluno de encarar e resolver situações-problemas. O aluno, por sua vez, recebe de muito bom grado o conteúdo “mastigadinho” e atribui todo o trabalho de compreensão do conteúdo à habilidade de “explicar” do professor. Não é raro ouvirmos de alunos que ele não aprendeu porque o professor não explicou direito.

1. Após a releitura do primeiro parágrafo, analise as assertivas e marque a alternativa que contenha análise correta sobre as mesmas.

O discurso do ensino de habilidades e competências ganhou força a partir de 1998, com a instituição do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que, a princípio, foi **criado** como mecanismo indutor de mudanças metodológicas **nesse segmento**. Acreditava-se que a existência de um exame que exigisse dos egressos competências e habilidades capazes de resolver as situações problemas por **ele** colocadas iria influenciar na mudança de postura dos professores. Essa necessidade está pautada numa nova cultura que modifica as formas de produção e apropriação dos saberes. Estamos vivendo uma era pragmática em que o saber fazer e o saber agir **são** os “carros-chefes” para o sucesso.

- I. A palavra “ele”, presente nesse parágrafo, tem como referente o termo “exame que exigisse dos egressos competências e habilidades capazes de resolver as situações problemas”.
 - II. A palavra “criado”, presente nesse parágrafo, tem como referente o termo “o discurso de habilidades e competências”.
 - III. O verbo “são”, poderia, sem prejuízo à correção, ser substituído por “é”.
 - IV. O termo “nesse segmento”, presente nesse parágrafo, tem como referente “ensino médio”.
- a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - d) Apenas a assertiva I está correta.
2. São ideias presentes no texto, **EXCETO** a de uma das alternativas. Assinale-a.
- a) A concepção do curricular escolar sofreu alterações, mas o comportamento do aluno continua o mesmo.
 - b) O planejamento curricular atende a preceitos pragmáticos e utilitaristas.
 - c) Acreditou-se que o currículo por habilidades e competências formaria pessoas mais bem preparadas para enfrentar o mundo.
 - d) Com o discurso de habilidades e atitudes, a escola passou a ter uma dupla missão.

3. Considere as afirmativas seguintes:
- A forma “situações-problemas”, com ambas as palavras no plural, poderia ser substituída corretamente por “situações-problema”. Da mesma forma, “carros-chefes” poderia ser substituída por “carros-chefe”, sem prejuízo à correção.
 - A palavra pragmática, destacada no texto, significa, no contexto, que as ideias só valem se produzirem efeitos práticos.
 - A palavra “paradigma”, destacada no texto, significa, no contexto, deformação.
 - O termo “outra razão”, destacado no texto, poderia ser substituído, sem prejuízo à correção do período em que se insere, por “mais um motivo”.
- Agora, assinale a alternativa com a análise correta sobre as afirmações.
- Estão corretas I, II e IV, apenas.
 - Estão corretas III e IV, apenas.
 - Estão corretas II e III, apenas.
 - Estão corretas I e II, apenas.
4. Assinale a alternativa correta:
- Em “nos tipos de exigências que o Mercado e o mundo em geral vêm fazendo”, o acento no verbo deve-se ao fato de ser uma oxítônica terminada em “-em”.
 - As aspas presentes em “carros-chefes”, no primeiro parágrafo, indicam ironia.
 - Em “nos tipos de exigências que o Mercado e o mundo em geral vêm fazendo às pessoas”, a crase ficaria dispensada se o artigo estivesse no singular.
 - A palavra “público” é acentuada pela mesma razão que “conteúdo”.
5. As palavras “situações-problemas” e “carros-chefes” foram corretamente escritas com hífen. Assinale a alternativa em que todas as palavras foram grafadas de acordo com as regras de presença/ausência deste sinal.
- Mão-de-obra; hipersensível; coordenação, micro-organismo.
 - Mão-de-obra; hiperssensível; co-ordenação, microrganismo.
 - Mão de obra; hipersensível; coordenação, micro-organismo.
 - Mão de obra; hiperssensível; co-ordenação, microorganismo.
6. As alternativas a seguir apresentam justificativa para a acentuação de algumas palavras do texto. Assinale a única correta.
- A palavra “é” está acentuada por se tratar de um monossílabo tônico.
 - A palavra “conteúdo” é acentuada por ser uma paroxítona terminada em “-o”.
 - As palavras “prática” e “pragmática” são acentuadas pela mesma razão, são paroxítonas terminadas em “-a”.
 - O acento em “diferenciá-los” deve-se à presença de um hiato.
7. A presença da crase é obrigatória em: “[...] atribui todo o trabalho de compreensão do conteúdo à habilidade de ‘explicar’ do professor”. Assinale a alternativa em que a crase também deveria obrigatoriamente, aparecer.
- A pessoa a quem me refiro é a mesma para a qual você pediu a caneta para preencher os formulários obrigatórios.
 - Fez todo o percurso a pé e dizia a quem lhe perguntasse que a fadiga não a perturbava.
 - Fez questão de dizer a sua amiga que a joia foi paga a prazo.
 - Aqueles documentos, não foi feita referência alguma na reunião, por isso as pessoas estavam a ponto de perguntar.
8. “O mundo vem mudando **num** ritmo acelerado e ‘arrastando’ **consigo** novos paradigmas que precisam ser colocados em prática **antes** de serem refletidos, compreendidos e ‘digeridos’.”
- Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi classificada corretamente e de acordo com seu emprego no período acima.
- “num” é uma contração de preposição mais artigo indefinido.
 - “e” é uma preposição.
 - “antes” é um substantivo simples e comum.
 - “consigo” é um pronome indefinido.
9. Assinale a alternativa em que flexão verbal esteja **INCORRETA**.
- Terás mais benefícios se refizeres o plano.
 - Se ele se manifestar logo, eu também me manifestarei.
 - Eu manteria a calma, desde que todos também a mantessem.
 - Pagaremos o que devemos se reouvermos o que nos foi cobrado indevidamente.
10. Assinale a alternativa correta quanto à flexão nominal.
- Estou quites com o pagamento da mensalidade deste mês.
 - Elas têm ótimas inteligência, perspicácia e bom senso.
 - É melhor que elas parem, pois já estão bastantes cansadas.
 - É permitido passagem apenas de veículos leves.
11. Assinale a alternativa em que a análise sobre a colocação pronominal esteja **INCORRETA**:
- Em: “exigências que [...] o mundo em geral vêm fazendo às pessoas. Buscam-se pessoas que saibam fazer [...]”, a ênclise é obrigatória, pois o verbo está no início da frase.
 - Em: “Todas essas questões apresentaram à escola um aluno que não se interessa”, a próclise se justifica pela presença de palavra atrativa.
 - Em: “Tudo isso contribuiu para que se acreditasse piamente”, a próclise se deve à presença de palavra atrativa.
 - Em: “[...] vem ganhando cada vez mais força porque se projetou na escola uma missão social urgente”, a próclise é obrigatória devido à presença de palavra atrativa.

12. Há uma elite de políticos que é **amoral** e que **emerge** a olhos vistos. Os termos grifados são antônimos, respectivamente de:
- Sem escrúpulos, aparece.
 - Moral; afunda.
 - Com moral definida, submerge.
 - Sério; surge.
13. "O primeiro deles é o hábito de apresentar o conteúdo na sua forma mais sistematizada. Esse hábito é difícil de ser **exorcizado** porque alunos e professores concordam e **usufruem** de benefícios trazidos por ele." São sinônimos das palavras destacadas, respectivamente:
- Expulso; renunciaram.
 - Afastado, aproveitam.
 - Reconhecido; dispõem.
 - Alcançado; desfrutam.
14. Assinale a alternativa em que a palavra destacada (entre aspas) foi **INCORRETAMENTE** empregada.
- Qualquer assunto relacionado à "cessão" de terras compete exclusivamente ao Estado.
 - Os colaboradores organizaram uma festa "beneficiante" para arrecadar fundos.
 - A juíza "inflige" merecida pena a quem transgride essa norma social.
 - A jovem recebeu um ramallete com rosas vermelhas e "fragrantes".
15. Assinale a alternativa que apresenta **ERRO** de concordância.
- A maioria das pessoas pensaram que o prazo seria prorrogado.
 - Um ou outro documento precisa ser apresentado.
 - Um e outro aluno chegaram atrasados para fazerem a prova.
 - Chegou umas encomendas para o setor de materiais.
16. O capital de \$ 2.300,00 foi financiado gerando o montante de \$ 3.220,00 no regime dos juros simples. Sabendo-se que a taxa de juros empregada foi de 60% ao ano, pergunta-se qual foi o prazo do financiamento?
- 9 meses.
 - 10 meses.
 - 6 meses.
 - 8 meses.
17. A taxa de juros de 5% ao mês no regime dos juros compostos tem a taxa equivalente anual igual a:
- 71,32% a.a.
 - 79,59% a.a.
 - 93,72% a.a.
 - 60% a.a.
18. Assinale a alternativa que **NÃO** contém como resultado um número irracional:
- O valor de Pi (3,14159...).
 - Raiz cúbica de 729.
 - Raiz quadrada de 3.
 - Raiz quadrada de 2.
19. Quinhentos aparelhos de televisão foram examinados, sendo que 150 tinham problema na imagem, 110 tinham problema no som e 280 não tinham nenhum problema. Quantos aparelhos tinham problema somente na imagem?
- 90 aparelhos.
 - 150 aparelhos.
 - 40 aparelhos.
 - 110 aparelhos.
20. Um automóvel percorre a distância entre as cidades A e B com velocidade média de 80 km/h levando 4 horas e 20 minutos. Qual é a velocidade que ele deveria manter para percorrer a mesma distância em 3 horas e 40 minutos?
- 72,45 km/h.
 - 80,37 km/h.
 - 94,54 km/h.
 - 67,69 km/h.
21. Sobre "*compliance*" podemos afirmar:
- O termo *compliance* tem origem no verbo em inglês *to comply*, que significa agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido.
 - Estar em *compliance* ou manter a empresa em conformidade significa atender aos normativos dos órgãos reguladores, de acordo com as atividades desenvolvidas pela sua empresa, bem como dos regulamentos internos, principalmente aqueles inerentes ao seu controle interno.
 - O termo *compliance* tem origem no verbo em inglês *to comply*, que significa conformar-se, ou seja, numa empresa seria a aceitação do *status quo*, sem a necessidade de promover mudanças mesmo sabendo que algo está errado.
 - Além de manter as informações seguras e seu negócio sempre funcionando, as organizações precisam mostrar, e comprovar, para o mercado que estão adotando as boas práticas. Para isso as organizações precisam estar em conformidade, ou em *compliance*.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
22. O estado de Alagoas possui uma área de 27.768 km², uma população de aproximadamente 3.358.000 de habitantes, com clima tropical e um destino turístico invejável. Podemos afirmar:
- O estado de Alagoas possui 102 municípios. Os maiores em densidade populacional são: Maceió (a capital), Arapiraca, Palmeiras dos Índios e Rio Largo.
 - Seus rios importantes: Rio Negro e Solimões.
 - As praias e lagoas mais procuradas são: Praia do Francês, Lagoa Mundaú, Ponta Verde, Praia de Tabuba, Praia da Joaquina, Praia de Antunes, Praia Mole, Praia de Maragogi, Praia da Ponta de Baixo e Praia de São Bento.
 - Sua população consiste em: brancos (38%), negros (33%), pardos (29%).

23. Assinale a alternativa completamente correta. A economia do estado de Alagoas centraliza-se:
- Essencialmente no turismo e na pesca. Na agricultura destaca-se o algodão, a cana de açúcar e a banana.
 - Predominantemente no turismo com suas belas praias, na indústria com o plantio de cana de açúcar, arroz, feijão, milho e mandioca, e extração e refino de petróleo. A pecuária também participa de forma mais singela.
 - Principalmente no turismo e pesca submarina. Na agricultura destaca-se a produção de cana de açúcar, feijão e hortaliças e a pecuária a criação de gado leiteiro.
 - Predominantemente na produção de cana de açúcar, banana e maçã, tendo o turismo e a pecuária uma participação forte também.
24. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- De 1964 à 1985, o estado de Alagoas teve 10(dez) governadores, todos pertencentes a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e depois PDS (Partido Democrático Socialista).
 - O estado de Alagoas teve um governador que foi nomeado pela assembleia legislativa durante o regime militar, e depois eleito pelo voto direto 02(duas) vezes, chama-se Divaldo Suruagy.
 - Fernando Collor de Melo, Moacir Lopes de Andrade, Geraldo Bulhões Barros e Benedito de Lira foram governadores após a ditadura militar, enquanto José de Medeiros Tavares e Divaldo Suruagy foram governadores durante o regime militar.
 - Fernando Collor de Melo foi o único governador a assumir a presidência da república do Brasil, atualmente eleito Senador por Alagoas.
25. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Possui regime presidencialista uma vez que o presidente da república é o chefe de estado. Sendo assim, podemos afirmar:
- José Sarney foi o primeiro vice-presidente eleito diretamente pelo voto popular após o regime militar.
 - Itamar Franco, também vice-presidente, sucedeu a Tancredo Neves, morto antes de assumir a presidência.
 - João Goulart foi vice-presidente apenas uma vez, no governo de Jânio Quadros.
 - No total, foram oito os vice-presidentes que assumiram o governo no Brasil desde a Proclamação da República em 1889, destes podemos citar: Itamar Franco, José Sarney, João Goulart e Michel Temer.
26. A União Europeia formada por 27 (vinte sete) países tem atualmente 05(cinco) deles que gastam mais do que arrecadam, batizados de "piigs" que é a sigla no qual aglomeram as iniciais dos países deficitários. São eles:
- Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha.
 - Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Suécia.
 - Polônia, Itália, Islândia, Grécia e San Marino.
 - Polônia, Irlanda, Islândia, Grécia e Espanha.
27. No dia 05 de novembro de 2015, o município de Mariana/MG sofreu uma tragédia que provocou um desastre ambiental de largas proporções. Podemos afirmar:
- O material liberado durante o desastre não possui efeitos tóxicos e foi distribuída uma pequena quantidade que deve afetar muito pouco o ecossistema da região.
 - Mariana sofreu um pequeno tremor de terra que soterrou casas e afetou seu pequeno ecossistema,
 - O Brasil presenciou o maior acidente da História com rejeitos de mineração. O material liberado, além de destruir completamente o distrito de Bento Rodrigues, avançou por outras regiões do município de Mariana, Minas Gerais, deixando por onde passava um rastro de prejuízos materiais e ambientais, sem contar as perdas humanas.
 - Sem resistência para a construção de casas e sem formas de desenvolvimento de vida, a área tornou-se parcialmente habitável. Segundo alguns biólogos, o rio Negro, por exemplo, precisará de mais de 30 anos para se recuperar.
28. No final de 2010, o mundo presenciou uma onda de protestos promovida na sua maioria por jovens no Oriente Médio e no norte do continente africano. Podemos afirmar:
- A primavera árabe foi um movimento, uma onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte do continente africano em que a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições sociais de vida. Sobre os países envolvidos, podemos citar: Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Kuwait, Líbano, Maurítânia, Marrocos, etc.
 - Países com ditadores que foram combatidos pelos jovens durante os protestos da primavera árabe: Tunísia, Arábia Saudita, Sudão, Afeganistão, Cazaquistão, Paquistão, Yêmen, Irã, Noruega.
 - Dos países que participaram da primavera árabe, muitos deles livraram-se de seus ditadores, um destes apenas a guerra civil ainda ceifa diversas vidas e permanece no regime ditatorial: Iraque.
 - A primavera árabe foi uma série de protestos de jovens árabes e africanos de origem muçulmana, que através da internet chamaram o povo às ruas para reclamarem do custo de vida, do desemprego e sobre a imigração. O movimento foi centralizado no continente asiático, mas precisamente em Israel.
29. A Síria vive uma guerra civil que já dura 06(seis) anos. Indique abaixo a forma de governo e o tipo de chefe de estado que comandam este país:
- A Síria é uma monarquia constitucional chefiada por seu primeiro ministro Imad Khamis, tendo como presidente Baschar Al Assad.
 - A Síria é uma república presidencialista chefiada por Asma Al Assad.
 - A Síria é uma república e possui um chefe de estado que é o presidente Baschar Al Assad.
 - A Síria é uma monarquia absoluta chefiada pelo seu primeiro ministro Bashar AL-Assad.

30. Diversas conferências mundiais têm sido promovidas para tratar da questão ambiental do planeta. A ONU (Organizações das Nações Unidas) organiza esses encontros no intuito de que os países realizem acordos globais sobre o meio ambiente. Podemos citar alguns desses acordos globais, local e ano que ocorreram:
- Conferência de Bali na Indonésia em 1997 e Cúpula da terra no Rio de Janeiro – 2012.
 - Conferência das nações unidas sobre o meio ambiente humano em Kyoto – 1995 e Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro – 1992.
 - Conferência das partes em Kyoto – 1997 e Conferência mundial sobre o desenvolvimento sustentável em Johannesburg – 2002.
 - Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro – 1992 e Conferência do clima da ONU em Durban – 2007.
31. Podemos definir a interpretação das normas constitucionais como as diferentes possibilidades de analisá-las dentro de um plano metodológico. Desta forma, podemos classificar a sua interpretação identificando as afirmações corretas:
- Interpretação Gramatical (ou literal): busca-se aferir o significado literal da norma jurídica por meio de uma interpretação que leve em consideração o exame das palavras e das regras gramaticais vigentes à época da elaboração do texto legal.
 - Interpretação Sistemática: Este método de interpretação deve ser utilizado imediatamente após a interpretação gramatical ou literal, independentemente da aparente solução definitiva que esta possa ter sugerido ao intérprete.
 - Interpretação Lógica ou Racional: sobre examinar a lei em conexão com as demais leis, investiga-lhe também as condições e os fundamentos de sua origem e elaboração, de modo a determinar a *ratio* ou *mens* do legislador. Busca, portanto reconstruir o pensamento ou intenção de quem legislou, de modo a alcançar depois a precisa vontade da lei (Paulo Bonavides).
 - Interpretação Sociológica ou Teleológica: permite a alteração da *ratio legis*, possibilitando ao intérprete conferir um novo sentido à norma, contrapondo-se ao sentido original da mesma e otimizando o cumprimento da sua finalidade (Zimmermann).
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
32. O surgimento de nova norma constitucional pode levar, mas não leva, necessariamente, à revogação da legislação anterior. Tal fato gera três fenômenos jurídicos distintos que dizem respeito à aplicabilidade das novas normas constitucionais no tempo, em contraponto às normas constitucionais anteriores à sua existência, são eles:
- Inconstitucionalização, Recepção e Revogação.
 - Repristinação, Recepção e Desconstitucionalização.
 - Desconstitucionalização, Estabilização constitucional e Recebimento.
 - Repristinação, Inconstitucionalização e Impulsão.
33. Para José Afonso da Silva, as Constituições contemporâneas, em sua estrutura normativa, revelam cinco categorias de elementos destacáveis: orgânicos; limitativos; socioideológicos; de estabilização constitucional; e, finalmente, formais de aplicabilidade. Podemos afirmar:
- Elementos socioideológicos: são aqueles que têm origem no liberalismo clássico, que busca estabelecer limites à ação do Estado, assegurando um Estado de Direito onde os direitos individuais e coletivos devem estar presentes no texto constitucional.
 - Elementos de estabilização constitucional e os formais de aplicabilidade: Na Constituição brasileira em vigor, vislumbramos estes elementos no Capítulo II, do Título II (Dos Direitos Sociais), e, também, nos Títulos VII e VIII (Da Ordem Econômica Financeira e Da Ordem Social).
 - Elementos orgânicos: são aqueles contidos em normas jurídicas que regulam a estrutura e o funcionamento do poder estatal, sendo, portanto, fundamentais à existência do Estado.
 - Elementos Limitativos: não existiam nas primeiras Constituições escritas, porque elas tratavam exclusivamente da limitação à ingerência estatal.
34. Assinale a alternativa que contenha somente as respostas corretas. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade:
- O Vice-Presidente da República, Presidentes de associações comunitárias, Governadores e Promotores de Justiça.
 - Presidentes de Câmara de Vereadores, Presidentes de partidos políticos, Procuradores Estaduais e Municipais.
 - Presidentes e Vice-Presidentes de partidos políticos, Governadores, Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara de Vereadores e das Assembleias Legislativas Estaduais.
 - O Presidente da República, a mesa do Senado e da Câmara dos Deputados, Governadores de Estado e Procuradores Gerais da República.
35. Assinale a afirmativa completamente correta. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:
- Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - Autorizar por dois quintos de seus membros, a instauração de processos contra Presidente e Ministros de estado.
 - Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração de forma independente, sem a necessária observância dos parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
 - Proceder à tomada de contas do vice-Presidente da República e presidente do Senado, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

- 36.A petição inicial que propor a inconstitucionalidade de alguma lei ou ato normativo deverá conter:
- O dispositivo da lei ou do ato normativo impugnado e os fundamentos jurídicos do pedido em relação a cada uma das impugnações, o pedido, com suas especificações e deverá estar acompanhada de instrumento de procuração, quando subscrita por advogado, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias da lei ou do ato normativo impugnado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.
 - Demonstração das leis anteriores derogadas que alteraram o dispositivo que deverá ser declarado inconstitucional de forma compulsória, a juntada de procuração apenas numa via subscrita por advogado e o requerimento final.
 - O dispositivo da lei ou da norma impugnada e os fundamentos jurídicos do pedido em relação a cada uma das impugnações; a procuração; o pedido genérico e a juntada de cópias da lei que se tenta impugnar.
 - O dispositivo da lei ou da norma impugnada e os fundamentos jurídicos do pedido em relação a cada uma das impugnações; Demonstração das leis anteriores derogadas que alteraram o dispositivo que deverá ser declarado inconstitucional de forma compulsória e o pedido final e a procuração simples.
- 37.Assinale a alternativa **INCORRETA** com relação aos direitos e garantias fundamentais estampados na Constituição Federal de 1988:
- A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
 - As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, sem a exigência do trânsito em julgado em nenhum dos casos.
 - A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
 - A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- 38.Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios aos maiores de 16 (dezesesseis) anos.
 - O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 70 (setenta) anos.
 - O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.
 - Uma das condições de elegibilidade é a nacionalidade brasileira.
- 39.Sobre os direitos sociais dispostos na Constituição Federal de 1988, podemos afirmar:
- É permitida a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
 - Não é obrigatória e nem assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
 - É livre a associação profissional ou sindical, observado que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- 40.As atividades na administração pública podem ser prestadas da seguinte forma:
- Forma centralizada, na qual o Ente público distribui dentro da mesma hierarquia os serviços daquele Órgão; Forma descentralizada, na qual a administração indireta delega poderes e serviços para outros órgãos subordinados.
 - Forma desconcentrada, na qual a administração direta desloca os serviços para a administração indireta ou particulares e forma descentralizada são os serviços prestados pela administração direta.
 - Forma desconcentrada, na qual o próprio Ente público dentro do mesmo CNPJ distribui ou transfere os serviços; Forma descentralizada, na qual a administração direta desloca os serviços para a administração indireta ou particulares.
 - Como exemplo de desconcentração podemos citar entidades dotadas de personalidade jurídica própria, com capacidade organizacional e patrimônio próprio, que atuam em nome próprio, sem subordinação ou hierarquia em relação aos entes públicos federados. Podem delegar serviços à particulares.
- 41.Podemos conceituar ato administrativo:
- É toda manifestação bilateral da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, manter, preservar, extinguir e declarar deveres, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.
 - É toda manifestação unilateral da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.
 - Ato administrativo é a atividade interna da administração pública que visa o interesse privado nas relações com particulares.
 - Ato administrativo é o ato jurídico prestado por terceiros à administração pública.

- 42.A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:
- Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, o mar territorial e a plataforma internacional.
 - Somente os territórios, estados e municípios.
 - Os Estados, os municípios, os rios, a mata atlântica e o espaço aéreo internacional.
 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal de 1988.
- 43.Os atos administrativos classificam-se:
- Quanto ao objeto: Simples, composto e complexo. Exemplos: Despacho e dispensa de licitação.
 - Quanto ao alcance: Gerais e Individuais. Exemplos: Edital, regulamentos e instruções.
 - Quanto ao regramento: Vinculado (ex: licença; pedido de aposentadoria) e Discricionário (pedido de autorização).
 - Quanto aos destinatários: Externos e Internos. Exemplos: Circulares, portarias e instruções.
- 44.Sobre a revogação dos atos administrativos, podemos afirmar:
- O ato revogatório retroage para atingir efeitos passados do ato revogado, não impedindo que este continue a surtir efeitos (efeitos ex tunc).
 - A revogação de um ato administrativo poderá ser feita pela Poder Judiciário desde que atenda a interesse público.
 - A revogação é modalidade de extinção de ato administrativo que ocorre por razões de oportunidade e conveniência. A Administração Pública pode revogar um ato quando entender que, embora se trate de um ato válido, que atenda a todas as prescrições legais, não está de acordo com, ou não atende adequadamente ao interesse público no caso concreto.
 - A competência jamais poderá se fixar como um limite à revogação, desde que o ato seja legítimo mesmo não expresso em lei, a competência é elemento de validade do ato revogatório.
- 45.Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Constituem monopólio da União nos termos do artigo 177 da Constituição Federal de 1988: a pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
 - Constituem monopólio da União nos termos do artigo 177 da Constituição Federal de 1988: a refinação de petróleo nacional ou estrangeiro.
 - Constituem monopólio da União nos termos do artigo 177 da Constituição Federal de 1988: Somente a pesquisa das jazidas de petróleo e o transporte marítimo do petróleo bruto, já os seus derivados produzidos no país não pertencem a União Federal.
 - Constituem monopólio da União nos termos do artigo 177 da Constituição Federal de 1988: a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades em pesquisa e refinação de petróleo.
- 46.Para os fins de regulamentação da Lei 11.909/09 que dispõe sobre atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, ficaram estabelecidas algumas definições, tais como:
- Autoprodutor: agente autorizado para a importação de gás natural que utiliza parte ou totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.
 - Terminal de GNL: instalação utilizada para a liquefação de gás natural ou para a importação, descarga e regaseificação de GNL, incluindo os serviços auxiliares e tanques de estocagem temporária necessários para o processo de regaseificação e subsequente entrega do gás natural à malha dutoviária ou a outros modais de transporte.
 - Autoimportador: agentes que atuam nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, exportação, processamento, tratamento, transporte, carregamento, estocagem, acondicionamento, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural.
 - Unidade de Liquefação: instalação na qual o gás natural liquefeito é regaseificado mediante a imposição de calor para ser introduzido na malha dutoviária, podendo compreender tanques de estocagem de GNL e regaseificadores, além de equipamentos complementares.
- 47.Sobre o conceito de contrato administrativo:
- Contrato administrativo deve ser executado pelo próprio contratado, permitindo-se a sua substituição por outrem, a transferência de ajuste ou subrogação de poderes.
 - Contrato Administrativo é o ajuste que a Administração, agindo nessa qualidade, firma com o particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração. Suas características são: Consensual, Formal, Oneroso, Comutativo, Intuitu personae.
 - Contrato administrativo é um ato unilateral da Administração pública, na qual estabelece parâmetros e cláusulas de acordo com o interesse público. Suas características são: Consensual, Judicial, Oneroso e ou gratuito.
 - Contrato administrativo permite o acordo entre as partes, porém não cria obrigações nem direitos recíprocos, priorizando sempre a supremacia do interesse público.

48.A “teoria do fato do príncipe” é uma expressão utilizada nos contratos regulados pelo direito administrativo e no direito do trabalho, podemos afirmar:

- a) No Direito Administrativo, então, a ocorrência do chamado “fato do príncipe” jamais poderá ensejar alteração do contrato administrativo, ou mesmo sua rescisão, apesar de sofrer agravo econômico.
- b) No Direito do Trabalho há a existência de apenas 02(dois) requisitos: previsibilidade do evento e a existência de concurso direto ou indireto do empregador no evento.
- c) No Direito Administrativo, então, a ocorrência do chamado “fato do príncipe” pode ensejar alteração do contrato administrativo, ou mesmo sua rescisão. Trata-se de “agravo econômico resultante de medida tomada sob titulação diversa da contratual, isto é, no exercício de outra competência, cujo desempenho vem a ter repercussão direta na econômica contratual estabelecida na avença”.
- d) No Direito do Trabalho há a existência de 04(quatro) requisitos: 1) previsibilidade do evento; 2) existência de concurso direto ou indireto do empregador no evento; 3) necessidade de que o evento afete, ou seja, suscetível de afetar substancialmente a situação econômica-financeira da empresa; 4) acessibilidade do evento.

49.Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A licitação como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.
- b) A licitação o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para celebração do contrato.
- c) A finalidade da licitação deve ser sempre atender o interesse público, buscar a proposta sempre de menor preço, sem a necessidade de observar o princípio da isonomia.
- d) A finalidade da licitação deve ser sempre atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa, existindo igualdade de condições, bem como os demais princípios resguardados pela constituição.

50.Sobre as modalidades de licitação, podemos afirmar:

- a) Na modalidade Convite ocorrerá a escolha de trabalho científico, artístico, ou técnico com prêmio ou remuneração aos vencedores, conforme o edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias. A escolha do vencedor será feita por uma comissão julgadora especializada na área.
- b) A Tomada de preços não requer publicação de edital. Trata-se de uma contratação mais célere. Os interessados sejam cadastrados ou não, são escolhidos e convidados em número mínimo de três licitantes. Os demais interessados que não forem convidados, poderão comparecer e demonstrar interesse com vinte e quatro horas de antecedência à apresentação das propostas.
- c) A Concorrência exige requisitos de habilitação (exigidos no edital), na fase inicial, comprovados documentalmente. Esta modalidade ocorre quando se trata de concessão de direito real de uso, de obras ou serviços públicos – de engenharia ou não -, na compra e venda de imóveis (bens públicos), licitações internacionais.
- d) No Concurso é a espécie que necessita de um certificado do registro cadastral (CRC), ou seja, necessita comprovar os requisitos para participar da licitação até o terceiro dia anterior ao término do período de proposta.

51.Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.
- c) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

52.As fontes do direito podem ser classificadas através das leis, dos costumes, da jurisprudência, da equidade e da doutrina. Desta forma entende-se:

- a) Jurisprudência é o conjunto de decisões sobre interpretações de leis, feita pelos tribunais de determinada jurisdição, já os Costumes são as regras sociais derivadas de práticas reiteradas, generalizadas e prolongadas, o que resulta numa convicção de obrigatoriedade, de acordo com a sociedade e cultura em particular.
- b) A Doutrina é a produção realizada por pensadores, juristas e filósofos do direito, concentrados nos mais diversos temas relacionados às ciências humanas e as leis são normas ou conjunto de normas jurídicas criadas por juristas autônomos.
- c) Costumes são as adaptações das regras existentes sobre situações concretas que priorizam critérios de justiça e igualdade, já a equidade determina a relação da norma com as práticas existentes priorizando a justiça social.
- d) Doutrina, jurisprudência, costumes, leis e equidade são fontes das ciências humanas.

53. De acordo com o Código Civil de 2002, nos negócios jurídicos devemos observar:
- A incapacidade absoluta de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, não aproveitam aos cointeressados incapazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
 - Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.
 - Mesmo dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a vinte vezes o maior salário mínimo vigente no País.
 - A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
54. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os artigos 205 e 206 do Código Civil de 2002. Assinale a alternativa correta na qual o prazo prescricional e/ou o termo *a quo* se relaciona com o direito violado:
- Prescreve em 01 (um) ano a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
 - O termo *a quo* da pretensão do segurado em desfavor do segurador inicia-se da ciência do fato gerador da pretensão no caso de seguro de responsabilidade civil, e quanto aos demais tipos de seguros, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador.
 - Prescreve em 05 (cinco) anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
 - Prescreve em 01 (um) ano: a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos e a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.
55. Com relação a causas interruptivas da prescrição, podemos afirmar que:
- A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.
 - A prescrição interromper-se-á por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
 - A interrupção da prescrição, que poderá ocorrer mais de uma vez, dar-se-á por protesto cambial.
 - A prescrição não poderá ser interrompida por qualquer interessado.
56. As Fundações serão regidas consoante capítulo III do Código Civil de 2002. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. Diante disto, podemos afirmar:
- Dissolvida a Fundação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas as despesas do passivo, se for o caso, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação de sua diretoria, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.
 - Dentre outros fins das Fundações, podemos citar: defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.
 - Por cláusula do estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação de sua diretoria, podem estes, antes da destinação do patrimônio remanescente, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem recebido ao patrimônio da Fundação.
 - Não constará como fins das Fundações: promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos e atividades religiosas.
57. Assinale a alternativa **INCORRETA** no que diz respeito aos defeitos dos negócios jurídicos:
- Configura-se estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
 - No apreciar a coação, ter-se-ão em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do paciente e todas as demais circunstâncias que possam influir na gravidade dela.
 - Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.
 - A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

58. A cessão de crédito é uma forma de transmissão das obrigações no qual:
- Se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito, com todas as suas garantias, salvo as garantias prestadas por terceiros, exceto se este conhecia o vício que inquinava a obrigação.
 - O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.
 - É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da cessão, era insolvente e o credor o ignorava.
 - O devedor não poderá de forma alguma opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
59. Assinale a alternativa verdadeira:
- Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, dolosamente, deixe de cumprir a obrigação ou não se constitua em mora.
 - Sendo divisível a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena; mas esta só se poderá demandar integralmente do culpado, respondendo cada um dos outros somente pela sua quota.
 - Ainda que se não alegue prejuízo, o devedor não é obrigado aos juros da mora que se contarão assim às dívidas em dinheiro, como às prestações de outra natureza, uma vez que lhes esteja fixado o valor pecuniário por sentença judicial, arbitramento, ou acordo entre as partes.
 - Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.
60. No enriquecimento sem causa, segundo o Código Civil de 2002:
- Se o enriquecimento tiver por objeto coisa indeterminada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.
 - Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.
 - A restituição é indevida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir.
 - Caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
61. Segundo a Lei 13.105/2015, podemos afirmar sobre a jurisdição e da ação:
- Não é admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
 - Havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir como assistente litisconsorcial.
 - A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional segundo as disposições do Código de Processo Civil regulamentado pela Lei 13.105/2015.
 - Para postular em juízo é facultativo ter interesse e legitimidade.
62. De acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), são deveres das partes e de seus procuradores:
- Formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
 - Expor os fatos em juízo conforme a verdade e cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.
 - Produzir provas e praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.
 - Praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.
63. Sobre a competência processual, podemos afirmar:
- As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, proibido terminantemente a instituição de juízo arbitral.
 - Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
 - Obedecidos os limites estabelecidos pela Constituição Federal, a partir de 17 de março do ano de 2015, a competência é determinada pelas normas previstas no Código de Processo Civil regulamentado através da Lei 5.869/73 ou em legislação especial.
 - Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, podendo, entretanto surgir alterações conforme as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.

- 64.A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência, desta forma:
- Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade somente quanto ao pedido. Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta posteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença com resolução de mérito.
 - Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir: à execução de título extrajudicial, à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico e às execuções fundadas no mesmo título executivo.
 - Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões semelhantes caso decididos separadamente, mesmo havendo conexão entre eles.
 - Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta mesmo se um deles já houver sido sentenciado.
- 65.A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Podemos afirmar:
- A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
 - Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 03 (três) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário, segundo o Novo Código de Processo Civil.
 - A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
 - A gratuidade da justiça compreende: os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório e os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira.
- 66.Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Assim:
- Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de conhecimento, o réu não poderá ser considerado revel e na execução o feito não terá prosseguimento.
 - O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.
 - Incumbe ao autor adotar, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena desta não ser suprida, consoante o artigo 240, §2º do Novo Código de Processo Civil.
 - Para a validade do processo é dispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.
- 67.Assinale a alternativa verdadeira, segundo o Novo Código de Processo Civil, regulamentado pela Lei 13.105/2015:
- Quando, por 03 (três) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, após 02(dois) dias úteis, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
 - Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé somente com pessoa da família de primeiro grau de ascendência ou descendência, ou pessoa conhecida de intimidade, conforme o caso, declarando-lhe o nome.
 - Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento.
 - No dia e na hora designados, o oficial de justiça obrigatoriamente acompanhado do procurador da parte, das testemunhas e da polícia, de posse compulsória de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência.

68. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. Segundo a Lei 13.105/2015, o procedimento de tutela antecipada ocorrerá:
- O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada, na qual o processo foi extinto por não haver sido realizado o aditamento, extingue-se após 03 (três) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo, nos termos do § 1º do artigo 303 do Novo Código de Processo Civil.
 - Concedida a tutela antecipada consoante o enunciado desta questão, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.
 - A tutela antecipada, concedida nos termos deste enunciado, torna-se instável mesmo da decisão que a conceder não seja interposto o respectivo recurso.
 - A decisão que concede a tutela fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes.
69. O pedido na petição inicial deve ser certo e determinado. Desta forma afirma-se:
- Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, porém não serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo ingressar em mora, deixar de pagá-las ou de consigná-las.
 - É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
 - O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação somente de uma forma.
 - São requisitos de admissibilidade da cumulação de pedidos: O procedimento para cada um pode ser diverso; não obrigatoriedade do Juízo ser competente para conhecer de todos os pedidos e compatibilidade entre os pedidos.
70. Sobre a audiência de conciliação ou de mediação prevista no capítulo V do Novo Código de Processo Civil regulamentado pela Lei 13.105/2015, podemos afirmar:
- A audiência não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual e quando não se admitir a autocomposição.
 - Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.
 - Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 03 (três) meses da data de realização da segunda sessão, desde que necessárias à composição das partes.
 - A audiência de conciliação ou de mediação não poderá realizar-se por meio eletrônico.
71. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
 - Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes e pedido semelhante, podendo a causa de pedir ser diversa.
 - Na contestação incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; convenção de arbitragem; falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar.
 - O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição.
72. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:
- Não haja nenhum fundado receio de que venha a tornar-se impossível o deslinde da questão.
 - O prévio conhecimento dos fatos não venha alterar a solução da demanda, mas venha a agilizar o ajuizamento de ação.
 - A prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito.
 - Haja fundado receio de que venha a tornar-se possível ou muito fácil a verificação de certos fatos na pendência da ação.

73. Assinale a alternativa verdadeira:

- a) Na oferta dos Embargos à Execução, aplica-se o prazo em dobro no caso de litisconsortes com diferentes procuradores pertencentes à escritório de advocacia distintos, consoante dispõe o art. 229 da Lei 13.105/2015.
- b) Os embargos à Execução serão oferecidos no prazo de 10 (dez) dias, contado, conforme o caso, no disposto no artigo 231 da Lei 13.105/2015.
- c) Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que somente poderão ser declaradas autênticas pelo chefe do cartório da Vara da execução ou por Cartório Civil de Tabelionato de notas.
- d) Nas execuções por carta, o prazo para embargos será contado: da juntada, na carta, da certificação da citação, quando versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, da avaliação ou da alienação dos bens e a juntada, nos autos de origem, do comunicado de que trata cartas precatórias ou rogatórias ou, não havendo este, da juntada da carta devidamente cumprida.

74. Suspende-se a execução:

- a) No todo ou em parte, quando recebidos com efeito suspensivo os embargos à execução.
- b) Se a alienação dos bens penhorados não se realizar por falta de licitantes e o exequente, em 20 (vinte) dias, não requerer a adjudicação nem indicar outros bens impenhoráveis.
- c) Quando o executado possuir bens penhoráveis.
- d) Pela não admissão de incidentes de demandas repetitivas.

75. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

- a) For proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente competente.
- b) Se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- c) Resultar de dolo ou coação da parte vencida em detrimento da parte vencedora ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.
- d) For fundada em prova cuja autenticidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.

76. Assinale a alternativa **FALSA**:

- a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- c) Cumpre ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.
- d) O recurso pode ser interposto pela parte vencedora e vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público somente como parte.

77. A petição de agravo de instrumento será instruída:

- a) Obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
- b) Com declaração de inexistência de qualquer dos documentos referidos na alternativa acima, feita por cartório extrajudicial em nota com fé pública e declaração do advogado da parte alegando a não obrigatoriedade das procurações outorgadas aos outros procuradores.
- c) Somente com cópias da petição inicial, contestação, procurações do agravante e do agravado e da decisão agravada.
- d) Somente com cópias autenticadas no cartório da vara da decisão agravada e a certidão de intimação, sendo dispensadas as cópias das peças.

78. Com relação ao Recurso Extraordinário, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Realizar o juízo de admissibilidade e, se positivo, remeter o feito ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, desde que o recurso ainda não tenha sido submetido ao regime de repercussão geral ou de julgamento de recursos repetitivos.
- b) O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão somente a exposição dos fatos e do direito e a demonstração do cabimento da decisão recorrida.
- c) Quando, por ocasião do processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas, o presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça receber requerimento de suspensão de processos em que se discuta questão federal constitucional ou infraconstitucional, poderá, considerando razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, estender a suspensão a todo o território nacional, até ulterior decisão do recurso extraordinário ou do recurso especial a ser interposto.
- d) Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência com a certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicado o acórdão divergente, ou ainda com a reprodução de julgado disponível na rede mundial de computadores, com indicação da respectiva fonte, devendo-se, em qualquer caso, mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

79.A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. Sendo assim, é correto afirmar:

- a) Decretar a nulidade da sentença por não ser ela congruente com a matéria de mérito mesmo estando dentro dos limites da causa de pedir.
- b) Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando decretar a nulidade de sentença por excesso de fundamentação.
- c) Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado.
- d) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher todos eles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento de somente um deles.

80.Do julgamento dos Recursos Extraordinários e Repetitivos, dispostos no Capítulo VI, Seção II e subseção II da Lei 13.105/2015, é correto afirmar:

- a) O Presidente ou o Vice-Presidente de Tribunal de Justiça, Presidente de Câmara Específica do mesmo Tribunal, de Tribunal Regional Federal, Tribunal Eleitoral ou da Justiça Desportiva, selecionará 100(cem) recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados somente ao Supremo Tribunal Federal para fins de afetação, determinando a interrupção do trâmite de todos os processos pendentes, individuais, que tramitem no Estado ou na Região, conforme o caso.
- b) O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso especial ou o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, tendo o recorrente o prazo de 15 (quinze) dias para manifestar-se sobre esse requerimento.
- c) Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições da Subseção II da Seção II, Capítulo VI do Novo Caderno Processual, regulamentado pela Lei 13.105/2015, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.
- d) A escolha feita pelo presidente ou vice-presidente do tribunal de justiça ou do tribunal regional federal vinculará o relator no tribunal superior, que poderá selecionar outros recursos representativos da controvérsia.